

A polícia militar sob a ótica de professores de escolas públicas da região sul do município de Goiânia (GO)

LEON DENIS DA COSTA *

RICARDO ANDRÉ SILVA ARAÚJO **

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar a concepção de professores de alunos da rede pública do município de Goiânia acerca da polícia militar e seu papel na sociedade. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com os professores do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental das disciplinas de História, Filosofia e Sociologia. Identificou-se que as opiniões dos professores divergem muito pouco, havendo um consenso ao informar que este assunto não é abordado com frequência nas salas de aula, ainda reconhecem que houve uma significativa melhora no desempenho democrático desse papel na sociedade no decorrer da história brasileira, sendo inclusive, defensores da presença policial nas escolas. A pesquisa evidencia uma abertura por parte dos professores na busca de um bom relacionamento entre as instituições polícia e escola, que precisa ser explorado pela Polícia Militar, visto que a manutenção da imagem da instituição em diálogo com a realidade pode ser fundamental para estes formadores de opinião apresentar uma ideologia que representa a atualidade.

Palavras-chave: Concepção; Professores; Alunos; Papel; Polícia Militar.

The military police under the optics of teachers of public schools of the south region of the municipality of Goiânia (GO)

Abstract: This article aims to present the conception of teachers of students of the public network of the municipality of Goiânia about military police and their role in society. The research was carried out through interviews with the teachers of the 6th to 9th Year of Elementary Education in the disciplines of History, Philosophy and Sociology. It was found that teachers' opinions diverge very little, and there is a consensus that this issue is not frequently addressed in classrooms. They also acknowledge that there has been a significant improvement in the democratic performance of this role in society throughout Brazilian history, including defenders of the police presence in schools. The research shows an openness on the part of teachers in the search for a good relationship between police and school institutions, which needs to be explored by the Military Police, since maintaining the image of the institution in dialogue with reality may be fundamental for these trainers present an ideology that represents the present.

Key words: Conception; Teachers; Students; Role; Military police.



* LEON DENIS DA COSTA é Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.



** RICARDO ANDRÉ SILVA ARAÚJO é Especialista em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás.

1. Introdução

O professor é a figura mais importante no processo de formação do cidadão no que diz respeito à educação. Por meio da transmissão de conhecimento o professor desperta no estudante ideias e pensamentos sobre os mais variados assuntos, sendo assim peça chave na formação da concepção do aluno sobre determinada situação, visto que grande parte deste desenvolvimento se deve ao conteúdo que é repassado em sala de aula, onde o docente é responsável por instruir, mostrar o caminho, pelos estímulos e incentivo de raciocínio, e o crivo crítico do estudante em referência a tudo que é repassado em sala de aula, e também sobre os acontecimentos e a vida no mundo fora dos muros da escola.

Este panorama se aplica inclusive às questões sociais, como é o caso do tema deste artigo que trata sobre a concepção de Polícia que é repassada pelos professores da rede pública aos alunos da cidade de Goiânia. Tal tema se encaixa no cenário político-social atual, que se encontra em desgaste e desmoronamento, com instituições públicas em descrédito e lutando para manter ou recuperar seu respeito e reconhecimento diante da população. Esta luta é bem conhecida para a instituição pública específica citada, a Polícia, que durante toda a sua existência destina esforços a fim de provar dia após dia para a sociedade o seu valor na continuidade do bem-estar coletivo.

Um conceito negativo repassado ao aluno sobre quem são, o que representam, e como atuam os policiais, pode instalar uma má impressão sobre a corporação, e como resultado isso daria a ele uma

ideia de necessidade de confrontar os agentes, pois eles não representariam para este cidadão o papel de mantenedores da lei e ordem, mas sim de meros obstáculos contra a execução da vontade do indivíduo em viver e agir sem restrições, o que na vida em comunidade resulta inevitavelmente em atingir os direitos do próximo.

Esta definição sobre o que é, como atua, e qual a importância desta instituição, começa a ser concebida pelo aluno através das ideias passadas pelo professor, e a forma como esta abordagem é feita pode resultar em simpatia ou desprezo pela instituição por parte do aluno. E esta situação dentro do ambiente acadêmico, reflete no comportamento do indivíduo do lado de fora do ambiente de ensino, se percebe aí a importância da compreensão do trabalho realizado pelos agentes de segurança pública, que são membros do órgão que detém constitucionalmente o poder e a autorização para uso da força física (se necessário) em desfavor do indivíduo, mas em prol da sociedade. Porém esta definição está longe de resumir toda a atuação policial, que não é somente atitudes de repressão física, mas vai muito além deste conceito superficial, e o entendimento disto é a base para uma boa relação entre os policiais e a sociedade.

Mas esta questão vem sendo tratada com a importância que exige?

Identificar qual a definição ensinada aos cidadãos enquanto alunos pode explicar um possível comportamento dos jovens e futuros adultos Goianienses em relação aos agentes membros das instituições de segurança pública. Pois o

conhecimento adquirido é parte fundamental na formação do pensamento crítico do cidadão, e com base neste pensamento e nas suas definições de certo ou errado é que o jovem irá pautar a sua conduta com os demais membros da sociedade.

Neste artigo, esta definição de Polícia segundo os professores, será identificada através de pesquisas e entrevistas em campo com os professores nas escolas da rede pública da cidade de Goiânia-GO para que possamos analisar, de forma pontual, o pensamento de alguns destes profissionais, e ter ideia do que é repassado aos seus alunos e como isso pode influenciar no desenvolvimento da personalidade e no comportamento social destes cidadãos que se encontram ainda em formação.

2. Revisão de literatura

Embora seja assunto digno de grande atenção, estudos específicos sobre esta instituição que possui papel muito importante na construção e manutenção de um Estado Democrático de Direito, não atraíram muitos estudiosos e acadêmicos ao longo da história, em consultas a escritos publicados, do que se podia encontrar, em grande parte o que se apresentava eram somente notas em jornais e pequenas reportagens sobre casos específicos, retratando a atuação policial de forma bastante superficial, e na sua maioria em tom de reprovação às ações dos agentes.

David Bayley (2002), especialista em justiça penal internacional, escritor, e grande estudioso sobre o tema, vai além e traz a seguinte reflexão:

A Polícia só é percebida durante

eventos dramáticos de repressão política, como o Terceiro Reich, Comuna de Paris em 1872, [...] espões e polícia política chamam muito mais atenção historicamente do que as pessoas dedicadas à patrulha e vigília.” (BAYLEY, 2002, p. 16).

Nesta análise, fica evidenciado que os eventos rotineiros como o patrulhamento para a preservação da ordem pública, o apoio em situações de conflito, e a prevenção e repressão de delitos, ações essas que influem diretamente e mais comumente na vida do cidadão, recebem menos atenção do que o envolvimento da polícia em qualquer espécie de ação política.

Este cenário de pouco estudo vem obtendo uma mudança considerável, no passar da história recente, uma gama maior de estudiosos tem demonstrado interesse em aprofundar os conhecimentos sobre as funções da polícia, quem são seus agentes, como são vistos pela sociedade, e qual o papel que desempenham na manutenção do Estado.

A concepção de Polícia é um tema que apresenta várias opiniões que se assemelham ou se divergem, isso se deve a liberdade de análise de cada estudioso do assunto, porém como são opiniões e definições pessoais, nada pode ser levado como verdade absoluta, cabendo a cada um a sua própria formulação de ideia sobre o tema.

Bayley (2002) em seu estudo direcionado comparativo de nível internacional que resultou no livro intitulado Padrões de Policiamento trata a polícia como sendo pessoas integrantes de um grupo que possuem a permissão dos demais

para utilizar a força física em função de regular a relação interpessoal de todos os integrantes deste grupo. Esta autorização de uso da força física como meio para mudar o comportamento dos indivíduos é competência exclusiva da polícia, outros órgãos e as legislações podem indicar a necessidade da utilização, porém somente os policiais podem executar tal ação. Esse aspecto pode ajudar a entender de certo ponto o que seria a atuação policial, mas não pode ser usado como definição total do trabalho realizado pela polícia.

Outra distinção importante feita por Bayley (2002), é que no estudo do trabalho policial devemos analisar entre as atribuições existentes quais são direcionadas ao Estado e quais são direcionadas principalmente ao público, isso quer dizer que existem situações que o policial deve unicamente obedecer às determinações de seu comando, e outras em que deve atender as solicitações públicas. Essa situação é definida com os conceitos de instigação proativa e reativa, na *proativa* a iniciativa é tomada pela polícia, e na *reativa* a iniciativa vem do público.

Bayley (2002) relata que na maioria dos estudos realizados o foco é as ações de patrulhamento, sendo deixadas de lado outras atribuições especializadas. Isto se deve ao fato de a atividade de patrulha ser o carro chefe nas instituições policiais, mas isso acaba por afetar o cálculo das situações encontradas durante a atuação em outras atribuições. Outro fator que influencia no registro das atuações policiais, é a forma de definir a situação de necessidade da presença policial como sendo criminal ou não, uma situação por

vezes é descrita pelo cidadão no momento da solicitação de atendimento como sendo um fato resultante em um crime grave, porém com a chegada da polícia que possui um maior entendimento e experiência essa definição pode não ser a mesma citada no primeiro momento.

Bayley (2002) defende que a atividade policial muda substantivamente de acordo com cada situação, portanto não se pode definir uma única e exclusiva função que defina todo o trabalho desempenhado pelos policiais, sendo esses agentes adaptáveis e capazes de definir em pouco tempo qual a melhor ação ou reação para a situação apresentada.

Não distante dessa opinião, temos a análise do sociólogo norte-americano Egon Bittner (2003), que em uma de suas inúmeras teses sobre o assunto, nos traz a reflexão de que a polícia é o órgão de governo que o cidadão pode mais facilmente ter acesso, e é a presença mais visível do poder do Estado. Bittner (2003) afirma que um policial sempre está disposto a atender a qualquer situação, mesmo sem saber ao certo o que irá encontrar, ele simplesmente sabe que é necessário tomar uma atitude. A atuação policial não escolhe dia, hora, ou condição climática e para a sua invocação basta apenas um simples gesto:

Mais importante é, ao se perguntar em que termos esse serviço policial se torna disponível para todo tipo concebível de emergência, a resposta usual será que isso ocorre em função de uma ausência, pois os policiais são os únicos funcionários, profissionais, agentes públicos – chame-os do que se quiser – que estão disponíveis a toda e qualquer

hora e que podem ser contatados por telefonemas feitos de casa. (BITTNER, 2003, p. 235).

Bittner (2003) afirma que a autorização para a polícia agir está nas normas legais vigentes, nas leis que regulam todos os âmbitos da vida em sociedade desde o código penal até as regras de trânsito de veículos, e que o enfrentamento direto ao crime é tido tanto pelos policiais, como pelos cidadãos a prioridade na atuação dos agentes, tanto que o policial sempre é visto e anunciado como a forma mais direta de enfrentamento ao crime, possui treinamento com um enfoque nas questões criminais, como a legislação específica, é o agente que inicia o processo criminal, portanto esta definição traz a polícia como a responsável por aplicar as sanções devidas pelo descumprimento das leis, e tem a sua atuação definida pelo que está descrito nestas mesmas leis e normas.

A atividade criminal não é a principal atribuição realizada pela maioria dos policiais no dia a dia, mas no momento de execução desta atividade, os agentes tem maior disposição para agir perante as situações em que se faz necessário a localização e captura do infrator, com possibilidade de uso da força física ou não, sendo assim os agentes se resguardam para agir somente nas situações em que se exija o uso da força, pois assim estará sendo recrutada a função que apenas a polícia possui autorização para uso, e isso faz da sua atuação especializada, agindo quando ninguém mais pode agir.

Bittner (2003) apresenta como traço vocacional dos policiais a atenção total a solicitações de emergências, estando prontos para atendê-las a todo o momento, isso demonstra a total disposição do policial para o serviço, com o direcionamento dos seus esforços para alcançar os objetivos, com o

controle emocional para lidar com as situações e com os resultados que suas ações venham a produzir, se mantém pronto para detalhar suas atitudes e os atos que as provocaram. O agente policial possui uma inquietação com a necessidade de agir, muitas vezes sem saber ao certo com o que irá lidar, mas ele apenas entende que existe uma demanda por uma atuação, em específico, uma necessidade de o Estado agir, e ele como figura representativa de tal, se faz presente e atuante na situação apresentada.

Bittner (2003) disse “A característica estrutural central do trabalho policial é o fato de os policiais, diante dos problemas de emergência, serem os únicos autorizados a agir e dos quais se exige a execução de suas decisões “de imediato””. Sendo assim os policiais necessitam de extrema habilidade em tomar decisões rapidamente, e isso é adquirido com treinamento e experiência. Mas diferentemente da maioria das profissões, na atividade policial, não existe rotina, todos os dias existe uma situação nova, que demanda dos policiais uma forma diferente de agir, e o fato de serem detentores legais do poder de ação nas emergências, torna ainda mais significativa a atuação policial, visto que:

O que acontece não é que os policiais sejam autorizados a utilizar a força porque devem lidar com criminosos sórdidos. Mas ao contrário, o dever de lidar com criminosos sórdidos recai sobre eles porque eles têm a autoridade mais geral de utilizar a força quando necessário para conseguir os objetivos desejados. (BITTNER, 2003, p. 241).

Segundo Bittner (2003), a atuação policial é basicamente lidar com as situações que possa ser necessário o uso da força, e se analisarmos que realizar

isto de maneira adequada e voltada para as necessidades da comunidade é extremamente difícil e necessita de habilidades específicas, seria compreensível que somente pessoas altamente selecionadas fizessem parte da corporação. Para entender essa situação, basta analisar que quando o policial atua da forma como somente ele tem autorização, além de lidar com assunto de extrema importância para os interessados, ele possui pouco mais do que somente sua experiência para atuar naquele momento, e embora tenha o direito de usar, deve ter a habilidade de analisar a necessidade de uso da força, e caso necessário, qual o grau de aplicação para produzir um melhor resultado.

Bittner (2003) afirma que é notório que não são todos os policiais que realizam as suas funções com a desenvoltura que merecem, nem tem a devida determinação em prestar seus serviços aos integrantes da sociedade com a atenção e seriedade que requer este ato, alguns não possuem os aspectos necessários para tal, e alguns ainda que os possuam não os utilizam, gerando assim resultados não condizentes com a premissa da função policial:

E, no policiamento, frequentemente a força não apenas é utilizada onde desnecessária, mas também a violência gratuita e a opressão são um vício que aí prevalece. Embora tudo isso seja verdade, não cheguei a tais pontos através de especulação sobre o que deveria ser o trabalho policial. Ao contrário, ouvi tudo a respeito deles, contado pelos próprios policiais, presenciei mesmo sua realização no trabalho da polícia. (BITTNER, 2003, p. 246).

O sociólogo francês e também grande estudioso sobre a polícia Dominique Monjardet (2003), faz uma referência ao intelectual alemão Max Weber, que

trabalhava a afirmação de outro autor de que “Todo Estado é baseado na força”, sendo assim o Estado o detentor do poder de intervir e mediar às situações de conflito da sociedade, isso seja no campo das ideias, em forma de leis no campo jurídico, e na imposição da força propriamente dita, e para este último se cria e mantém uma corporação afim de se evitar que outras pessoas utilizem a violência como forma de ação, pois somente ela terá esta autorização, e a esta é dado o nome de Polícia.

Monjardet (2003) afirmava que para se analisar a polícia como instrumento é necessário uma análise empírica (descritiva) e teórica (funcional) da atividade policial, e para analisar a prática policial, ele utiliza o exemplo de uma delegacia onde os atos podem vir de três diferentes fontes; o policial pode cumprir uma ordem dada por seu superior sendo assim a exata representação do Estado, ele pode também executar atos como respostas a solicitações públicas e então atuar como um órgão prestador de serviço público, e o policial pode agir por sua própria iniciativa após um fato chamar sua atenção para que atue no caso.

Com base nessa situação Monjardet (2003) afirma que é possível observar que a polícia é; um instrumento de poder, ao qual é autorizado dar ordens ao cidadão em função do bem-estar social, entendendo assim a polícia como instituição; um serviço público, que pode ser solicitado por todos e qualquer um, sendo a polícia como um órgão público; uma profissão, onde o policial luta por seus próprios interesses e objetivos. Ainda, o autor afirma que estas definições embora com diferentes objetivos estão relacionadas entre si, e não seria possível entender a polícia sem analisar essa interligação:

É a mesma polícia, são os mesmos

policiais, que ao final de uma operação particularmente truculenta de manutenção da ordem, acabam com um engarrafamento, salvam os feridos de um acidente, acolhem e tranquilizam uma mulher agredida, põe fim a um caso com refém, dominam um demente ameaçador, fícham os supostos opositores do poder, e de dia, fazem funcionar um circuito de motos para os jovens de uma cidade que, à noite, eles perseguirão. Nada é mais enganador do que a distinção de uma “boa” polícia, que protege, em oposição à “má” polícia, que reprime. (MONJARDET, 2003, p. 15).

Monjardet (2003) afirma que embora seja importante analisar este ponto, também não se pode definir a polícia somente com base na análise da prática policial, devendo ser analisado como estas atuações estão baseadas nas leis e na organização, quais são as diretrizes do comando da corporação, como é feito a integração ao quadro de agentes, todas essas situações devem ser levadas em consideração para tentar compreender de fato o funcionamento como um todo da polícia, e que algumas das opiniões errôneas perpetradas como verdadeiras no senso comum e até em algumas publicações, são resultado da não avaliação desses três definidores.

Essa falta de atenção ao conjunto de todos os fatores gera uma má compreensão no público em geral, pois é preciso entender que a polícia é uma só no desempenho de inúmeras funções dentro desses diferentes aspectos, são os mesmos policiais agindo nessas três dimensões, existem os momentos em que a sua atuação é típica de um instrumento do Estado para defender seus interesses, mas em outros momentos estes mesmos policiais são os membros de um órgão público que presta um serviço à população, atendendo as suas solicitações, ainda que isso

signifique em certos momentos abrir mão de seus interesses profissionais.

Monjardet (2003) apresenta o raciocínio que toda instituição é formada por homens e mulheres, e por isso não existe a possibilidade de permanecerem somente como instrumentos, e eles vão ainda além quando desenvolvem os interesses e a cultura profissional relativos ao grupo, resistindo ainda mais a serem instrumentalizados, mantendo de uma forma ou de outra a sua própria autonomia. Monjardet (2003) afirma ainda que não existe uma polícia que pratique somente o explícito nas ordens e regras, existe sempre um espaço onde se desenvolve as particularidades da polícia, e descobrir onde se encontra e qual o tamanho desse intervalo é a tarefa para um estudo minucioso sobre as instituições policiais.

3. Metodologia

Esta pesquisa teve o objetivo de saber a concepção de polícia repassada aos alunos da rede pública na cidade de Goiânia. No início foi feito um levantamento bibliográfico sobre as concepções elaboradas acerca da polícia e que buscaram estudar o papel da instituição policial na sociedade.

Como a cidade possui mais de 200 escolas estaduais buscou-se delimitar a buscar professores da rede pública estadual de ensino numa região específica do município. Então, delimitou-se aos professores que ministram as disciplinas de História, Sociologia e Filosofia para os alunos do ensino fundamental das séries do 6º ao 9º ano em quatro escolas estaduais da região sul de Goiânia. A escolha se baseou também, no fato de obter a opinião daqueles que além de repassar o que sabem, ouvem o retorno e tem conhecimento sobre os diversos pensamentos dos alunos, sentem as

reações, resistências ou concordâncias quanto a temática.

Esta pesquisa é qualitativa. Foi elaborado entrevista com os professores mediante um roteiro previamente elaborado com o objetivo de captar diferentes opiniões e pontos de vistas a partir da formação de cada um dos entrevistados (FLICK, 2009). A abordagem aos entrevistados foi feita pessoalmente no próprio local de desempenho de sua função, a escola, com a intenção de deixar os entrevistados à vontade, e o entrevistador apesar de ser policial se manteve em silêncio durante as entrevistas, visando assim captar a mais sincera opinião dos entrevistados.

As entrevistas foram gravadas utilizando um aparelho celular, salvando o conteúdo em formato mp3, que posteriormente foi transcrito utilizando o software Microsoft Word. As respostas obtidas foram analisadas imparcialmente, com fins de coletar e entender as opiniões em sua íntegra, para que assim fosse possível estudar e identificar quais os fatores determinantes e geradores dos resultados desta relação entre polícia e alunos, com o intermédio dos professores.

4. Resultados e discussão

Foram realizadas entrevistas com 4 professores da rede pública estadual na região sul da cidade de Goiânia, e durante a análise das respostas obtidas, pôde se observar que existem alguns pontos em comum em todas elas, e que as opiniões várias vezes vão de encontro as ideias dos autores citados na parte literária deste trabalho.

Dentre os pontos observados, pode se destacar: o fato de não haver uma frequência em se abordar algum tipo de assunto relacionado à polícia em sala de aula, a ideia dos professores a respeito da

polícia como um instrumento do governo, a mudança na forma de atuação da polícia ao longo da história do país, e a opinião sobre a presença de policiais nas escolas.

4.1 Abordagem do tema

Os professores entrevistados demonstram que durante as suas aulas quando este assunto é abordado, costumam tratar a polícia como uma instituição importante para a sociedade, e que os policiais devem ser respeitados e valorizados. Porém reconhecem que o assunto não recebe a atenção que deveria. Isso vai de encontro com o raciocínio de David Bayley (2002), colaborando com a ideia de que o assunto devido a sua grande importância deveria ser abordado com maior frequência em ambientes que anteriores a alguma ação, e isso se traduz nas palavras de um dos entrevistados sobre o que é ensinado em sala sobre a polícia:

Que ela é responsável pela proteção, que ela é um instrumento de governo, que ela precisa de verbas e condições para atuar bem, e que nós temos que respeitar a polícia, não é jogar pedra, não é falar mal, é respeitar a polícia. Ver a polícia como alguém que é amigo nosso, um policial como um amigo nosso que presta um serviço importante para a sociedade (...) (Professor 2)

A importância de se abordar o tema nas escolas vai além de simplesmente explicar a polícia como instituição, é importante para desenvolver o conhecimento que se tenha a respeito da descrição e do desempenho da função policial. Os entrevistados demonstraram possuir ideias e concepções bem elaboradas sobre o assunto, que podem levar o aluno a refletir sobre a importância e o papel de destaque que possui a polícia militar dentro da sociedade brasileira. Foi possível captar

que os professores analisam a polícia como um todo, enxergam o lado institucional, mas também conseguem ver que ela é composta por agentes que possuem o poder neles investido pelo Estado, mas no seu pessoal são cidadãos que desempenham o seu ofício procurando dar a sua parcela de contribuição para o bem-estar da sociedade.

O entendimento dos entrevistados é coincidente quando se trata sobre a importância da polícia na sociedade, entendendo como sendo o seu papel institucional a proteção da vida, dos bens, e o zelo pela sociedade. Quando perguntados sobre o agente policial, também forneceram respostas semelhantes, descrevendo-os como sendo cidadãos investidos pelo Estado do poder de ser o seu representante para mediar e resolver os possíveis conflitos que possam existir entre os membros da sociedade. No contexto de analisarem o agente, houve também quem fizesse a ligação sobre a valorização de ambas as classes:

É o representante legal desta instituição e que na minha concepção deveria ser o agente público mais bem valorizado deste país, junto com os professores. (Professor 3)

Esta análise é semelhante a descrição do autor Dominique Monjardet (2003), que visa analisar a instituição como um órgão governamental, mas entendendo que ela é formada por homens e mulheres com um propósito que muitas vezes podem gerar situações pessoais conflitantes. A compreensão sobre esse contraste fica explícita na fala de um dos entrevistados:

Eu gosto muito de estudar a relação do Estado e do Poder, que é uma definição de política onde você tem a polícia apenas como cumpridora

de ordens que são colocadas para ela, sem questionar muito as mesmas, e servindo interesses bem próprios do governo. Mas também é uma polícia de cunho pessoal, formada por policiais que tem como meta defender a população de forma geral e que tem interesse mesmo de proteção. (Professor 1)

Os pontos de vista apresentam várias semelhanças e é possível enxergar que todos os entrevistados acham importante tratar o tema nas escolas e despertar nos alunos um pensamento crítico.

4.2 A polícia como um instrumento do governo

As ideias dos entrevistados seguem o mesmo raciocínio nesta questão, 3 deles foram unânimes em dizer que a polícia é de fato um instrumento do governo, pois ela é mantida e remunerada pelo governo vigente, e apesar de os governantes estarem apenas fazendo o seu papel e isso ser feito às custas dos impostos pagos pela população, ela é utilizada com fins partidários e para atender interesses próprios. Apenas 1 entrevistado afirmou que esta é uma questão pontual e relativa, que a resposta pode variar se a análise for feita em um pequeno município ou em um grande centro populacional, mas todos foram unânimes em defender a que polícia deveria ser uma instituição limpa, autônoma e apartidária, desenvolvendo o papel de servir a população:

Sim, é um instrumento do governo, porque ela vai atender o interesse do governo vigente, seguindo as leis que são estabelecidas por ele. (...), mas eu creio que a instituição ela é do povo, da nação, ela não pode ser uma polícia de partido ou de governo, ela é do bem-estar geral. (...) (Professores 1 e 4)

Os entrevistados compartilham a ideia de que a polícia ainda serve de instrumento nas mãos dos governantes, e com isso

podemos destacar uma situação conflitante para a corporação, pois a população não deposita confiança nos governantes e ver a polícia como algo de subserviência do Governo não seria positivo. Os entrevistados compartilham o pensamento de que caso a polícia seja uma instituição mais autônoma e livre de interferência governamental, ela poderá servir totalmente aos anseios da população, executando o seu papel constitucional e não servindo a interesses particulares.

4.3 A polícia ao longo da história

O Brasil teve ao longo de sua história vários momentos marcantes envolvendo a polícia militar, inclusive com um período onde os governantes eram militares, isso é motivo de grande confusão de ideias no conceito da população, alguns entendendo as ações desempenhadas pela polícia dessa época como legítimas e outros com um pensamento diferente. Mas algo é um consenso entre a maioria dos entrevistados, houve uma mudança significativa no comportamento e na atuação policial ao longo dos períodos. Isso se divide em duas vertentes; os que dizem polícia de certa forma perdeu sua força, e os que dizem que essa mudança foi positiva.

A mudança da polícia militar na forma de lidar com conflitos sociais é algo notável, porém essa mudança nos trouxe a um presente onde a grande maioria dos cidadãos não se sentem seguros, alguns acreditam que em outros períodos da história do país a polícia já foi mais respeitada e hoje os marginais não tem o mesmo receio de outros tempos.

Eu diria que na época da ditadura militar, assim como as Forças Armadas tomaram conta, a polícia também tinha um poder maior, não que eu seja favorável a ditadura, mas hoje infelizmente eu diria que ela

perdeu bastante do seu contexto, não acho que ela tenha o mesmo interesse, mas não é algo generalizado (...) (Professor 3)

Um dos entrevistados acredita que haja ainda uma influência muito forte na ação policial que vem de um dos nossos três poderes, o Judiciário. Ele afirma que não se pode trabalhar fora dos limites legais, e é aí que se encontra o obstáculo, pois as leis atuais não correspondem às necessidades da população no âmbito do combate à criminalidade, elas não acompanharam a evolução da população, evolução essa que ocorreu também no meio dos marginais, e assim os agentes que realizam o seu trabalho de forma correta se veem diante de uma situação recorrente, onde os marginais são recolhidos mas não permanecem o tempo que deveriam fora das ruas, e como se os policiais estivessem apenas “enxugando gelo”:

Eu vejo que a polícia se tornou muito política, e a polícia quando é envolvida politicamente muitas vezes o seu papel não é feito de forma adequada ou são criados empecilhos ou regras para dificultar o trabalho da polícia, tanto que sabemos hoje que o poder judiciário é um atraso muito grande em relação às leis, temos até aquela velha frase “a polícia prende, o judiciário solta”, assim às vezes o próprio policial não entende seu papel, pois ele prende e o judiciário solta, apesar de estar na lei isso é algo que tem que ser modificado. (Professor 4)

Dentre os entrevistados outro pensamento foi unânime, que a polícia hoje está mais próxima da população. Os entrevistados acreditam que com o passar dos anos a polícia procurou uma evolução na sua atuação no sentido de quebrar barreiras e preconceitos que existam entre a corporação e o povo, e essa forma de pensamento é muito bem

aceita entre a população, eles acreditam que assim a polícia terá mais resultados pois o povo participará ativamente e voluntariamente da rotina policial assumindo assim uma relação de parceria entre os agentes e o cidadão.

4.4 Polícia nas escolas

Outro ponto de destaque observado durante as entrevistas foi a receptividade dos professores a ideia de a polícia militar estar inclusa no ambiente escolar. Esse foi mais um ponto em comum apresentado pelos entrevistados, eles se mostraram totalmente de acordo com visitas de equipes policiais, alguns salientando que já convive com essa rotina em sua escola e outros demonstrando o anseio por essas atividades na unidade de ensino em que trabalha. Os professores disseram que isso inibe a incidência de delitos, afasta a presença de marginais e traz uma segurança para todos, e isso reflete até mesmo dentro da sala de aula com o professor se sentindo mais seguro para ministrar o conteúdo:

Aqui na nossa escola já acontece isso e eu acho importante, é claro que algumas pessoas podem se constranger, mas na sociedade que vivemos hoje tão violenta, tudo o que se possa fazer para amenizar a violência, evitar, ou não deixar proliferar a violência é bem-vindo, e a polícia como órgão de segurança pública tem esse papel também, então eu acho importante essas visitas.(...) Isso é positivo tem que visitar mesmo, o Batalhão Escolar é fundamental porque ele ajuda a evitar bandidos que estejam fora da escola e as vezes estejam de olho em estudantes para roubar, vender drogas, ou cometer outros crimes (...) (Professores 2 e 4)

Segundo os entrevistados a presença policial nas escolas se faz mais do que necessária, pois estamos em um

momento de crescente violência e dentro das unidades não é diferente, todos os entrevistados afirmaram que nas escolas em que trabalham existem alunos envolvidos com drogas, inclusive alguns não se preocupam se serão vistos utilizando ou vendendo, eles utilizam da estrutura da escola para ter assim uma espécie de “liberdade” para praticar atos ilícitos, portanto uma presença policial constante evitaria tais atos.

5. Considerações finais

Este trabalho trouxe a oportunidade de reconhecer a imagem acerca da polícia que possuem os professores da rede pública do município de Goiânia. Foram realizadas entrevistas com os professores nas escolas da região, o que possibilitou captar suas ideias reais, e a aplicação de um questionário com perguntas abertas proporcionou a oportunidade de demonstrarem as suas opiniões espontâneas e reais.

Por meio da análise das respostas foi possível notar que as ideias dos autores citados durante a revisão literária, apesar de expostas há anos atrás encontram hoje concordância no pensamento dos formadores de opinião atuais, e situações descritas em suas obras sobre o assunto ainda hoje se repetem.

Nas respostas dos entrevistados é possível encontrar vários pontos em comum, como o fato de que o tema central deste artigo não é tão abordado nas salas de aula como deveria, devido a sua importância na construção e manutenção da sociedade pode se dizer que muito pouco se discute sobre ele, e isso é algo que necessita de mudanças para que os alunos tenham maior compreensão sobre o dever da polícia na sociedade.

Foi possível também, constatar no decorrer das entrevistas que a maioria dos professores enxerga a polícia como

um instrumento do Governo utilizado para suprir seus interesses, mas também cumpre o seu dever de atender aos anseios do povo, sendo assim uma instituição com um certo caráter político, porém sem perder a sua função social e constitucional.

Outro ponto de destaque e que merece atenção nesta pesquisa é o fato de todos os entrevistados enxergarem como necessária a presença policial nas unidades de ensino, isso é um importante passo na construção da boa relação entre polícia e sociedade visto que o bom convívio neste momento de aprendizado resultara em uma relação harmoniosa no futuro.

Conclui-se que a imagem dos professores sobre a polícia não é negativa, e que repassam aos alunos o ensinamento de que o trabalho policial é parte indispensável na manutenção da ordem na sociedade, pois são os responsáveis por garantir a ordem entre os cidadãos, que embora uma minoria dos policiais não tenha um comportamento condizente com sua função estes não podem representar a instituição como um todo, pregam ainda que o respeito mútuo é a chave para uma boa convivência, e que ainda existe a

confiança no trabalho executado pelos policiais.

Fica claro que a definição de cada um sobre a instituição Polícia Militar nada mais é do que o reflexo das ações realizadas pelos próprios agentes da instituição, em certo tempo criticados, atualmente é reconhecida à melhora na sua forma de agir, e o desejo de todos é que isso possa se tornar uma máxima em toda a corporação, pois ações corretas geram resultados positivos e exemplos são mais convincentes do que palavras.

Referências

BAYLEY, David. **Padrões de policiamento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p. Tradução Joice Elias Costa.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Recebido em 2018-06-25
Publicado em 2018-10-09